

# INFORMATIVO DAS ÁGUAS



Nº 01 - JANEIRO 2025 - INFORMATIVO DO COMITÊ JACUTINGA | GRUPO URUGUAI

## Comitê Jacutinga inicia os trabalhos de 2025 com reunião da CTAIA

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas deu início às suas atividades em 2025 com a primeira reunião da Câmara Técnica Permanente para Assuntos Institucionais e Administrativos (CTAIA). O encontro foi realizado no dia 29 de janeiro, de forma virtual, e contou com a participação de todas as entidades que integram a Câmara Técnica.

Entre os temas discutidos na pauta, destacou-se a solicitação da Promotoria de Justiça de Concórdia, apresentada em reunião com o presidente do Comitê Jacutinga, Janiel Giron, em outubro de 2024. Na ocasião, a promotora de justiça Roberta Seitenfuss solicitou que o Comitê, dentro de sua atribuição consultiva, realizasse uma avaliação técnica do Plano de Prevenção de Enchentes de Concórdia, elaborado em 2008, e apresentasse sugestões de melhorias. Com isso, a CTAIA incluiu o tema em sua agenda de debates, buscando reunir contribuições técnicas que possam auxiliar na atualização e aprimoramento do documento. O Comitê segue acompanhando de perto as iniciativas voltadas à contenção de cheias e à mitigação dos impactos das chuvas na região.

Outro ponto importante da reunião foi a definição do Calendário de Reuniões da CTAIA para o ano de 2025. Os membros acordaram que os encontros serão realizados sempre na terceira quinta-feira de cada mês, com as seguintes datas estabelecidas:



Além disso, o Comitê tem programado a realização de duas Assembleias Gerais Ordinárias (AGO), agendadas para os dias 18 de março e 11 de novembro de 2025.

A reunião também contou com a participação especial do gerente de saneamento e gestão de recursos hídricos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE), Vinicius Tavares Constante. Durante sua intervenção, ele esclareceu dúvidas da Câmara Técnica sobre o Edital FAPESC nº 64/2024, contribuindo com informações relevantes para os membros do Comitê. O Comitê Jacutinga agradece sua disponibilidade em atender ao convite e reforça a importância da parceria entre as instituições na construção de soluções para a gestão sustentável dos recursos hídricos.

O Comitê Jacutinga segue comprometido com a gestão participativa e integrada dos recursos hídricos, promovendo discussões e iniciativas que visam a segurança hídrica e o desenvolvimento sustentável da região.

### Reuniões da CTAIA para o ano de 2025





## Projeto entregue ao Comitê Jacutinga avaliando Potencial de Arrecadação pela Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas



A crescente demanda por água em diferentes setores e a necessidade de aprimorar a gestão dos recursos hídricos levaram à escolha da temática do projeto pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas, elaborado e executado pela Entidade Executiva Universidade do Contestado (UNC), por meio do Edital Público nº32/2022 da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Economia Verde (SEMAE). Seu objetivo central foi estimar o potencial de arrecadação pela cobrança pelo uso da água, identificando os setores e usuários significantes de recursos hídricos das Bacias Hidrográficas de estudo, aplicando os valores utilizados em modelos de cobrança consolidados no território brasileiro.

A cobrança pelo uso da água, é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433/1997). Representa um mecanismo estratégico e fundamental para a gestão integrada e racional dos recursos hídricos. Tem por objetivos:

- I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- II - incentivar a racionalização do uso da água;
- III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

A cobrança, não pode ser interpretada como imposto público, e sim como o pagamento pelo uso de um bem público, o qual sobre tudo, visa ordenar e incentivar boas práticas de conservação e eficiência em seu uso.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas, representados por instituições que compõem os segmentos Usuários de Água, Órgãos da Administração Estadual e Federal e População da Bacia, desempenham um papel fundamental na implementação e acompanhamento da cobrança. São eles os responsáveis por definir os mecanismos, critérios e valores de cobrança, bem como acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados. Além disso, os comitês devem garantir a participação da sociedade civil nos processos decisórios, promovendo a transparência e a legitimidade das ações. Para garantir a participação da sociedade civil, os comitês de bacia podem realizar consultas públicas, audiências públicas, oficinas de discussão e criar canais de comunicação com a população.

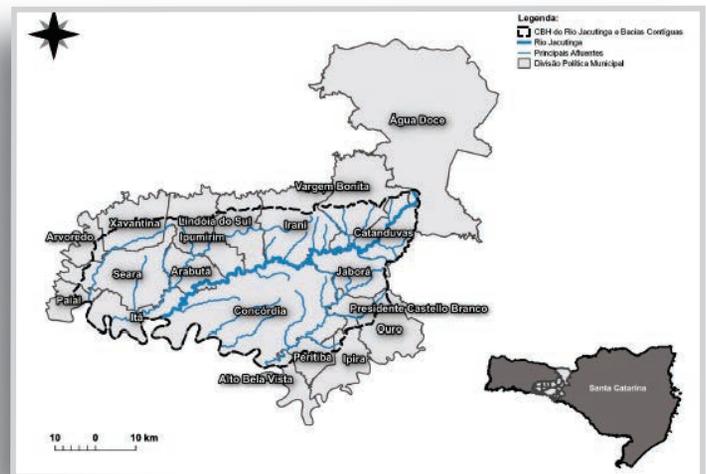
A implementação da cobrança na bacia do Jacutinga representa uma oportunidade única para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos e promover o desenvolvimento sustentável.

O projeto visa preencher essa lacuna, utilizando dados consolidados para identificar os principais usuários e estimar cenários de arrecadação com base em modelos aplicados em outras bacias do território.

### O Contexto do Território e do Projeto

A Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas é um território que abrange 19 municípios do oeste catarinense, sendo eles: Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Catanduvas, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Ouro, Paial, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Seara, Vargem Bonita e Xavantina

As Bacias Hidrográficas e os respectivos municípios abrangidos pelo Comitê Jacutinga são berço histórico de agroindústrias e de produção animal, em especial suínos e aves, e em um cenário mais recente, a de produção de gado de leite. Segundo estudo realizado por Leão (2024), que estimaram a demanda hídrica para a criação animal na área de estudo, o setor é responsável por 24% dos suínos, 18% dos frangos e 5% do rebanho de gado produzidos e abatidos no Estado de Santa Catarina. Atualmente, a demanda por água é de aproximadamente 4.446 L/s, podendo chegar a 11.999 L/s em um cenário de longo prazo (2037). Esses dados evidenciam a importância estratégica e a urgência de discutir a implementação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, com o objetivo de garantir o uso sustentável e a preservação desse recurso essencial.

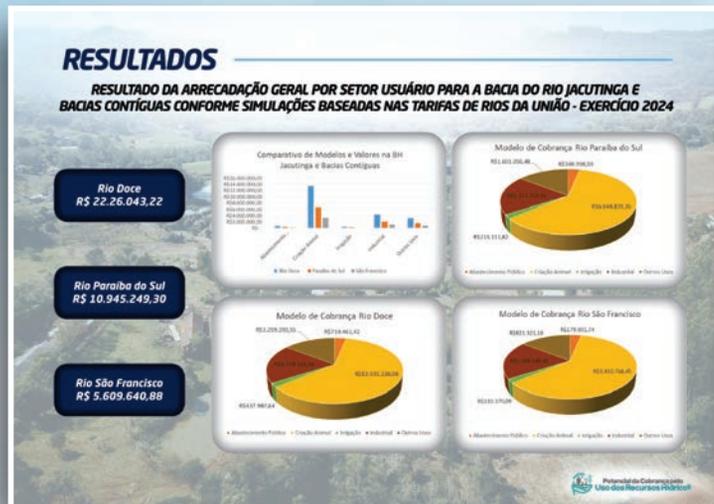


O intuito do projeto foi aprimorar e subsidiar as discussões do Comitê em torno da temática de cobrança e do potencial de arrecadação para as Bacias Hidrográficas estudadas, bem como, contribuir metodologicamente e na identificação dos usuários significantes dos recursos hídricos (superficial e subterrâneo), os quais podem respaldar futuros esforços de atualização do Plano de Recursos Hídricos e/ou de implementação deste importante instrumento no território.

Ressalta-se que conforme a Meta VI do Objetivo Estratégico IV do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), o estado de Santa Catarina tem prazo até o ano de 2027 para implementar o instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em ao menos uma bacia piloto. Portanto, a temática além de estratégica é emergente, pois em breve será posta em prática no Estado, sendo que a antecipação das discussões a nível de território e Comitês de Bacias, tornam-se primordiais para o amadurecimento e desmistificação do tema.



# Informativo das Águas



## Passos Metodológicos e Resultados

As informações dos usos de água superficial e subterrânea e setores usuários das Bacias Hidrográficas do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas foram extraídos do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos (CEURH) e do Sistema de Outorga de Uso da Água de Santa Catarina (SIOUT), os dados foram tratados, analisados e sistematizados conforme seus setores e usos significantes.

Os critérios de usos significativos de uso dos recursos hídricos são estabelecidos pela legislação estadual, definidos para as águas superficiais a Portaria da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDE nº35/2006 admitindo a captação de até 1m³/hora e para água subterrânea respaldando-se pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH nº50/2014 até 5m³/dia.

Com os setores e usos das águas identificados, foram aplicados os valores de tarifas de modelos de cobrança consolidados no país, o qual respaldou-se na Resolução da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANA) nº172/2023, relacionando uma tarifa de custo alto, médio e baixo, respectivamente, os rios Doce, Paraíba do Sul e São Francisco.

Com base nos cadastros de usuários e legislação normativa de uso, foram identificados 1.982 usuários significantes de água, oriundos de cinco setores, sendo que 61% representa a água requerida para o setor de criação animal, 19% industrial, 15% outros usos e 3% abastecimento público. Ao todo os usuários significantes das Bacias Hidrográficas de estudo demandam 355 milhões de metros cúbicos ano de água.

Das tarifas cobradas para os rios de domínio da união,



respaldados pela resolução ANA, foram utilizadas a de valor maior com R\$0,0627 o metro cúbico de água bruta captada, seguido pela do rio Paraíba do Sul de valor mediano R\$0,0308 e a de menor valor a do rio São Francisco com R\$0,0158 centavos. Ao aplicar as tarifas destes rios com a quantidade de água requerida pelos usuários da Bacia do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas, chegou-se em R\$22.260.043,22 com a projeção de maior tarifa, R\$10.945,249,30 para de valor médio e R\$5.609.640,88 de menor tarifa.



## Impactos e Considerações

O estudo revelou um potencial significativo de arrecadação financeira com a implementação do instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos. De acordo com as análises realizadas, o potencial de arrecadação anual na Bacia do Jacutinga varia entre R\$ 5 milhões e R\$ 22 milhões, dependendo dos cenários considerados. Entre os usuários da bacia, a criação animal se destacou pela maior participação, acompanhada pela indústria.

A estimativa buscou subsidiar as discussões do Comitê Jacutinga e sociedade em geral, baseada em valores de referência nacional, proporcionando uma base inicial para discussão dos diferentes mecanismos, medidas e valores que podem ser adotados, afim de implementar a política pública, cumprindo com o papel e objetivo na qual foi criada, sem impactar os setores e economia.

Ainda os resultados gerados fortalecem a capacidade de planejamento e gestão da bacia, oferecendo subsídios práticos para a viabilização e implementação deste importante instrumento que permitirá a ampliação de ações em prol a bacia hidrográfica e as populações residentes.

Contudo, o sucesso da implementação da cobrança depende de um diálogo ativo entre os diferentes setores representados no Comitê. Campanhas de sensibilização e atualização cadastral são essenciais para garantir que os dados reflitam a realidade de uso e potencializem a arrecadação de forma equitativa.

Além da arrecadação financeira, espera-se que o instrumento a partir de implementado, estimule práticas mais conscientes e sustentáveis no uso da água, contribuindo para a preservação dos recursos hídricos e para o fortalecimento da governança na bacia. A transparência e a participação social serão fundamentais para consolidar esse modelo como referência para outras regiões.

Escaneie o QR para acessar o Projeto





# Concórdia Saneamento inicia operações em Concórdia

A Concórdia Saneamento é uma organização-membro parceira do Comitê Jacutinga. A empresa iniciou as atividades no dia 28 de janeiro com o processo de transferência da operação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Concórdia. A transição foi acompanhada por representante da Administração Municipal e da Casan que, por muitos anos, foi a concessionária dos serviços. Com o início da transição das operações, os clientes já podem encaminhar suas demandas para os canais de atendimento da Concórdia Saneamento.

“Acompanhados dos técnicos da Casan, tivemos acesso às instalações de tratamento de água e esgoto. Estamos iniciando um mapeamento de problemas recorrentes na cidade, especialmente sobre a questão de vazamento de faltas de água. É importante passar para a comunidade que busquem, a partir de agora, nossos canais de informação para reportarem os problemas identificados. Esse mapeamento de pontos críticos é importante para que possamos, de certa forma, fazer as ações corretivas necessárias. O sistema de distribuição tem um alto índice de perda, o que de certa forma contribui para termos problemas de intermitência de abastecimento de água na cidade. Nosso foco será atacar os pontos críticos de desabastecimento, fazer um mapeamento - já iniciamos uma identificação de vazamentos ocultos em toda cidade. Neste momento, a gente vai trabalhar em 120 quilômetros de redes de distribuição do município”, destaca o superintendente da Concórdia Saneamento, José Roberto Epstein.

## A relação com o Comitê Jacutinga

Além de assumir a gestão do saneamento no município, a Concórdia Saneamento também integra o Comitê Jacutinga como representante do segmento usuários de água, após ter sido selecionada na última Assembleia Setorial Pública (ASP), realizada em outubro de 2024. A participação da empresa fortalece o debate sobre a gestão dos recursos hídricos na região, promovendo maior alinhamento entre os setores de abastecimento público e preservação da bacia hidrográfica. Da mesma forma, a Casan também faz parte do Comitê Jacutinga, refletindo o compromisso do colegiado em contemplar os diferentes agentes envolvidos no uso da água. Considerando que o Comitê abrange 19 municípios, sua atuação se estende para além das fronteiras de Concórdia, buscando soluções integradas para a gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas.

Conforme Epstein, a participação da Concórdia Saneamento no Comitê Jacutinga é fundamental. A empresa pretende contribuir com sugestões. “O abastecimento de água em Concórdia depende do Rio Jacutinga, então, nossa participação é extremamente relevante. Vamos trabalhar de forma integrada com o planejamento do Comitê na preservação de matas ciliares, o uso e disponibilidade hídrica, trabalhar um plano de resiliência hídrica junto aos outros usuários de água -

embora tenhamos um projeto de nova captação de água no Rio Uruguai, ainda temos um prazo de quatro a cinco anos para que essas obras estejam concluídas, elas não vão excluir o Jacutinga como um dos mananciais principais. Trabalhar em um plano integrado de segurança da água, desenvolver projetos de proteção de nascentes, é um trabalho interessante e necessário. Queremos, na próxima reunião, levar nossas preocupações e demandas de forma qualitativa e quantitativa”, acrescenta.

A loja de atendimento da Concórdia Saneamento ao cliente fica na Travessa Lamonatto, 154, no Centro, com funcionamento das 8h00 às 17h00, sem fechar ao meio-dia. O espaço tem quatro guichês para serviços como novas ligações, informações sobre faturas, troca de titularidade e emissão de segunda via de fatura. O espaço oferece conforto e agilidade, acessibilidade e espaço kids.

Os clientes também podem buscar atendimento pelo telefone 0800 687 4747 e pelo WhatsApp (11) 95020-6424. O site [www.concordiasaneamento.com.br](http://www.concordiasaneamento.com.br) já está no ar. A empresa informa que a base de clientes está em processo de cadastramento comercial.

## Investimentos e melhorias

A Concórdia Saneamento assume os serviços de água e esgoto com o compromisso de promover investimentos robustos e viabilizar a universalização do saneamento. A companhia foi formada por meio de consórcio entre a GS Inima Brasil e a Traçado Construções, vencedor de licitação feita pelo município em 2024. Para melhorar os serviços, estão previstos investimentos em infraestrutura para ampliar redes de água e esgoto, estações de tratamento, novos sistemas operacionais e atendimento à população.



**Concórdia**  
saneamento  
GS INIMA • TRAÇADO





## Contenção de enchentes desafia os prefeitos e mobiliza o Comitê Jacutinga



O ano de 2025 promete ser de grandes desafios para os prefeitos do Alto Uruguai Catarinense. Um dos temas que mais inquietam os gestores públicos é a contenção das enchentes e enxurradas. O Comitê Jacutinga, que mantém uma atuação destacada na gestão dos recursos hídricos, acompanha com atenção os desdobramentos e medidas dos órgãos governamentais com a finalidade de mitigar os riscos dos efeitos do excesso de chuva. O presidente da AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense) e prefeito de Peritiba, Paulo Deitos, lembra que 2024 ocorreram períodos de chuvas intensas, enxurradas e alagamentos, que afetaram principalmente as estradas da região. "Foi um ano bem difícil, com muitas despesas para a recuperação dos danos", contou.

O ano de 2024 foi marcado por uma série de acontecimentos provocados pelo excesso de chuva na região de abrangência do Comitê Jacutinga. Em Concórdia, cidade polo, houve registros de alagamentos nas ruas centrais da cidade, trazendo prejuízos para moradores, comerciantes e empresários. Para buscar conter esses prejuízos, o Município encaminhou ainda no ano passado a abertura de um processo de licitação para a construção da segunda barragem de contenção. A nova administração municipal, que assumiu neste ano, deverá dar continuidade às tratativas. Além disso, as estradas do interior foram duramente castigadas, dificultando o escoamento da produção.

Nas rodovias, quedas de barreiras, vegetação na pista e pavimentações asfálticas danificadas trouxeram grandes problemas para as comunidades. Algumas vias chegaram a ser interditadas, resultando em enormes transtornos para todos os usuários. O setor agropecuário, que é o sustentáculo da economia regional, também foi substancialmente prejudicado. Todas essas situações geram uma grande apreensão nos prefeitos, exigindo medidas emergenciais para que esses danos sejam minimizados ou até mesmo evitados. Com isso, os gestores terão o desafio de buscarem um amplo planejamento para o enfrentamento dessas catástrofes naturais.

Nesse contexto, o Comitê Jacutinga recebeu um convite da Promotoria de Justiça de Concórdia para discutir o Plano de Prevenção de Enchentes do município. No dia 21 de outubro de 2024, o presidente do Comitê, Janiel Giron, participou de uma reunião com a promotora de justiça Roberta Seitenfuss, na qual foi apresentado o Plano de Prevenção de Enchentes de Concórdia, elaborado em 2008. Durante o encontro, a promotora solicitou ao Comitê, dentro de sua atribuição consultiva, uma avaliação técnica do documento e sugestões de melhorias.

A partir dessa solicitação, o Comitê incluiu o tema nas discussões de suas reuniões mensais da Câmara Técnica Permanente para Assuntos Institucionais e Administrativos (CTAIA). O objetivo é reunir contribuições dos membros e parceiros técnicos para fornecer um parecer qualificado à Promotoria sobre possíveis atualizações e aprimoramentos do plano, considerando o cenário hídrico atual e as novas necessidades da região. Além da avaliação do Plano de Prevenção de Enchentes, o Comitê segue acompanhando de perto outras iniciativas voltadas à contenção de cheias e à mitigação dos impactos das chuvas na bacia hidrográfica.

Conforme o presidente da AMAUC, as prefeituras já estão trabalhando em projetos de contenção de cheias, prevenção de enxurradas e outras consequências decorrentes dos períodos excessivos de chuva. A intenção é intensificar esses esforços, planejando ações, buscando recursos e executando obras estruturantes, todas com uma visão de longo prazo, já que a tendência é de que a incidência de desastres naturais aumente com o passar dos anos. Um exemplo claro dos efeitos causados pela chuva em excesso foram as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, deixando profundos rastros de destruição e ceifando muitas vidas. Os fatídicos episódios que afetaram os gaúchos servem de lição e exigem um posicionamento forte e eficiente dos governos e da sociedade para que essas tragédias sejam evitadas.

